



[www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br)

LEI Nº 1475/2010

## **DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR A QUE ALUDE O § 3º DO ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

A Câmara Municipal de Bituruna APROVOU e eu Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei.

**Art. 1º** Os débitos de pequeno valor contra a Fazenda Pública Municipal de Bituruna, administração direta e indireta, resultantes de execuções definitivas de sentenças judiciais dispensarão a expedição de precatório.

**Art. 2º** Fica definido, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Bituruna, o valor equivalente ao do maior benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social, como obrigação de pequeno valor a que alude o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art. 3º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório - requisição de pequeno valor, com a demonstração do trânsito em julgado da ação respectiva e a liquidez da obrigação.

**Art. 4º** Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, incluídos todos os valores em execução, sendo admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio,

para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

Parágrafo Único - É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução ou ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de requisição de pequeno valor - RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

**Art. 5º** Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no artigo 2º desta lei, o pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo mediante requisição de pequeno valor - RPV, na forma prevista no § 3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Por força do disposto no artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica estabelecida a prioridade no pagamento de precatórios de natureza alimentícia aos idosos com sessenta anos ou mais, bem como aos portadores de doença grave sobre todos os demais débitos, desde que o valor não ultrapasse ao triplo das obrigações de pequeno valor.

**Art. 6º** As obrigações de pequeno valor definidas pela presente lei possuem fila específica, não se sujeitando à ordem cronológica geral.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários para o cumprimento do disposto na presente Lei.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço do Índio, 13 de abril de 2010.

Remi Ranssolin

Prefeito Municipal

*Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.*

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 15/04/2010*